



INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG

CNPJ nº 03.969.808/0001-70
Rua Coronel Almirante Rebelo, nº 82, Ed. Bahia Executive Center, 4º andar, sala 405
Caminho das Árvoreas, Salvador – BA. CEP: 41.820-768

Continuação >>>

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

	2025		2024	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
HEAL 001				
Fornecedores de bens e mercadorias (a)	2.321.210,87	2.321.210,87	2.321.210,87	2.321.210,87
Fornecedores de serviços (b)	5.320.859,27	5.359.115,25	5.320.859,27	5.359.115,25
	7.700.169,34	7.680.326,62		
HEAL 004				
Fornecedores de bens e mercadorias (a)	746.920,47	746.920,47	746.920,47	746.920,47
Fornecedores de serviços (b)	2.205.454,79	2.205.454,79	2.205.454,79	2.205.454,79
Fornecedores em acordo Judicial (c)	-	-	230.000,00	230.000,00
	2.952.375,26	2.952.375,26		
HERC				
Fornecedores de bens e mercadorias (a)	311.052,07	311.052,07	311.052,07	311.052,07
Fornecedores de serviços (b)	1.638.741,06	1.638.741,06	1.638.741,06	1.638.741,06
Fornecedores em acordo Judicial (c)	-	-	210.000,00	210.000,00
	2.179.793,13	2.159.793,13		
HRHR				
Fornecedores de bens e mercadorias (a)	1.103.325,85	821.642,63	1.103.325,85	821.642,63
Fornecedores de serviços (b)	5.126.521,16	5.434.967,67	5.126.521,16	5.434.967,67
	6.229.847,01	6.256.610,30		
HRLN				
Fornecedores de bens e mercadorias (a)	2.149.531,15	1.527.563,10	2.149.531,15	1.527.563,10
Fornecedores de serviços (b)	8.331.828,82	8.450.395,03	8.331.828,82	8.450.395,03
	10.481.359,97	9.977.958,13		
HRSC				
Fornecedores de bens e mercadorias (a)	2.257.385,31	2.518.139,66	2.257.385,31	2.518.139,66
Fornecedores de serviços (b)	4.113.295,12	4.352.983,21	4.113.295,12	4.352.983,21
	6.370.680,43	6.871.122,87		
PROMO-SAUDE				
Fornecedores de serviços (b)	54.646,61	22.322,11	54.646,61	22.322,11
	54.646,61	22.322,11		
HRCFVH				
Fornecedores de bens e mercadorias (a)	1.812.720,86	1.812.720,86	1.812.720,86	1.812.720,86
Fornecedores de serviços (b)	114.948,24	114.948,24	114.948,24	114.948,24
	1.927.569,20	1.927.569,20		

17. SALÁRIOS, PROVISÕES DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim compostas:

	2025		2024	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Salários e rescisões a pagar	8.570.431,48	8.570.431,48	9.964.905,54	9.964.905,54
Autônimos a pagar	13.601,31	13.601,31	-	-
Pensão a pagar	29.272,77	29.272,77	126.559,51	126.559,51
INSS	39.291,99	1.113.973,99	152.585,17	6.073.430,84
FGTS	110.282,25	1.803.921,94	36.887,56	1.544.955,83
Provisões de férias e encargos	1.139.098,11	18.698.660,70	698.637,84	21.065.339,38
IRRF S/ Salários	578.590,55	2.592.457,22	806.093,24	2.740.225,14
PIS sobre folha de pagamento	-	-	74.120,92	1.287.514,20
Empréstimo Consignado a Pagar	11.565,42	653.932,18	-	62.804,25
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Receber	48,41	61.632,21	-	-
	1.878.877,73	33.537.883,80	1.788.324,73	42.865.734,69

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2025		2024	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
(a) Curto Prazo				
Imposto de renda retido na fonte	6.147,05	311.473,35	31.019,71	312.859,36
INSS retido de terceiros	-	19.407,19	-	2.801.207,31
ISS retido de terceiros	2.553,59	239.629,60	7.898,46	2.929.412,76
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros	24.763,89	2.082.288,56	142.606,67	3.945.908,97
Parcâmetros PERT	81.440,41	3.381.426,50	65.888,81	2.784.570,58
Parcâmetros IRRF	-	-	30.072,47	229.044,75
Parcâmetros IRRF Folha	23.200,44	193.336,99	132.705,93	1.105.882,74
Parcâmetros IRRF PJ	-	-	20.276,22	128.968,74
Parcâmetros PGN	610.087,14	6.744.044,55	76.595,94	4.872.673,43
Parcâmetros Simplificado HEAL	-	1.566.299,74	-	1.306.725,75
Parcâmetros FGTS	-	1.496.001,97	-	1.428.180,69
Autos de Infrações Trabalhistas	94.554,30	-	574.075,24	-
Parcâmetros PGN Multa CLT	228.404,77	228.404,77	-	-
Parcâmetros Simplificado MATRIZ	297.239,71	297.239,71	-	-
Parcâmetros	-	211.058,79	-	174.364,46
	1.368.791,30	17.067.028,39	1.051.064,98	20.084.909,37
(b) Longo Prazo				
Parcâmetros PERT	52.354,55	2.273.142,59	115.301,91	4.872.998,49
Autos de Infrações Trabalhistas	-	-	1.261.034,85	1.634.197,78
Parcâmetros ISS	-	-	107.036,08	1.070.368,81
Parcâmetros IRRF Folha	-	-	99.529,44	829.412,05
Parcâmetros IRRF PJ	-	-	16.896,85	140.807,09
Parcâmetros PGN	1.655.950,80	18.305.263,75	274.468,77	17.440.481,99
Parcâmetros Simplificado HEAL	-	2.655.781,47	-	3.877.089,97
Parcâmetros FGTS	-	4.612.672,74	-	5.831.737,82
Parcâmetros PGN Multa CLT	737.923,09	737.923,09	-	-
Parcâmetros Simplificado MATRIZ	960.312,93	960.312,93	-	-
	3.406.541,37	29.545.096,57	1.767.231,84	34.753.692,43

19. SUBVENÇÕES ASSISTENCIAIS A REALIZAR

O montante de subvenção a realizar proveniente dos contratos de gestão está composto da seguinte forma:

	2025		2024	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Subvenção para custeio (a)	-	32.650.792,00	-	6.010.468,92
		32.650.792,00		6.010.468,92
(a) Subvenções a realizar				
AME PARIQUERA-ACU	740.000,00	740.000,00	750.870,31	59.079,56
CEAP-SOL	740.000,00	740.000,00	3.470.630,31	4.872.998,49
HEAL	740.000,00	740.000,00	2.365.383,08	2.480.750,73
HRLN	-	-	22.776.538,61	-
HRCFVH	-	-	32.650.792,00	6.010.468,92
		32.650.792,00	6.010.468,92	

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação. Neste sentido, as subvenções aqui apresentadas implicam determinadas condições de desempenho futura e/ou limitações em suas aplicações. Os valores a realizar dos contratos de gestão, refere-se aos valores já recebidos para as atividades sociais do Instituto (despesas e/ou despesas - regime de competência), para as quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizadas nos exercícios futuros, conforme previsto nos Contratos de Gestão e termos aditivos.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2025		2024	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Medicamentos Recebidos de Terceiros	-	-	8.197,07	8.197,07
Provisão de Serviços (I)	-	8.387.898,13	-	7.512.130,39
Outras Contas a Pagar (II)	0,00	61.412,04	0,00	-
	0,00	8.449.310,17	0,00	7.520.327,46

(I) Refere-se a serviços já realizados para os quais o prestador ainda não realizou a respectiva emissão do documento fiscal. (II) Refere-se a um acordo de processo civil na unidade HRSJC que está sendo pago de forma parcelada.

21. RECEITA DIFERIDA

	2025		2024	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Receita Diferida	740.000,00	740.000,00	980.000,00	980.000,00
	740.000,00	740.000,00	980.000,00	980.000,00

Receita recebida devida à utilização da conta do banco Santander para realizar os pagamentos dos funcionários de todas as unidades de São Paulo, pela utilização da conta o Instituto recebe essa premiação.

22. CONTINGÊNCIAS

O Instituto é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações. Em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve comunicar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e possíveis perdas. Assim, os processos que foram classificados como prováveis e possíveis perdas pelo departamento jurídico da Entidade foram:

	2025				2024			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Valor estimado	Trabalhista	Cível	Tributária	Valor estimado
Pariquera-Açu								
Possíveis	0	0	0	0	0	0	0	188.315,05
Prováveis	3	0	0	155.295,50	3	0	0	386.608,29
Totais	3	0	0	155.295,50	3	0	0	388.923,34
AME-SJC								
Possíveis	0	0	0	0	0	0	0	106.055,01
Prováveis	0	1	0	568.472,23	1	0	0	-
Totais	0	1	0	568.472,23	1	0	0	106.055,01
CEAP-SOL								
Possíveis	0	4	0	739.337,35	0	0	0	357.000,00
Prováveis	4	0	0	483.946,42	3	0	0	357.000,00
Totais	4	4	0	1.463.283,77	3	0	0	357.000,00
HDT								
Possíveis	11	0	0	557.622,01	14	8	0	1.082.855,28
Prováveis	12	1	0	893.011,64	16	0	0	1.112.855,28
Totais	23	1	0	1.450.633,65	30	8	0	2.195.710,56
HEAL CG 001/2019								
Possíveis	849	0	0	76.906.542,72	153	0	0	13.436.502,01
Prováveis	211	26	0	20.652.156,13	21	0	0	39.858.140,22
Totais	1060	26	0	97.558.698,85	648	21	0	53.294.642,23
HEAL CG 004/2014								
Possíveis	20	1	0	185.431.702,11	1	1	2	187.678.827,95
Prováveis	4	19	2	12.903.530,84	30	8	2	6.132.635,90
Totais	24	20	2	198.335.232,95	31	9	4	193.809.463,85
HERC								
Possíveis	8	0	0	1.078.315,11	0	0	0	3.516.698,34
Prováveis	0	0	0	4.284.550,62	6	8	0	3.516.698,34
Totais	8	0	0	5.362.865,73	6	8	0	3.516.698,34
HRHR								
Possíveis	17	31	0	12.911.161,70	13	33	0	6.702.966,30
Prováveis	25	10	0	3.401.206,23	18	8	0	1.855.973,74
Totais	42	41	0	16.312.367,93	31	41	0	8.558.940,04
HRLN								
Possíveis	29	3	0	7.155.953,41	14	4	0	3.421.661,70
Prováveis	14	3	0	348.654,09	12	0	0	175.697,63
Totais	43	3	0	7.484.557,50	26	4	0	3.597.359,33
HRSC								
Possíveis	14	17	0	3.417.489,46	20	11	0	3.159.166,68
Prováveis	11	1	0	1.083.993,12	3	1	0	209.938,00
Totais	25	18	0	4.501.482,58	23	12	0	3.369.104,68
HRR								
Possíveis	3	2	0	881.568,80	3	2	0	881.568,80
Prováveis	5	1	0	38.869,70	5	1	0	38.869,70
Totais	8	3	0	920.438,50	8	3	0	920.438,50
Matriz</								

se as receitas de subvenções governamentais estavam reconhecidas ao longo do período necessário, e se estas foram confrontadas com os custos e despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que os recebimentos não estavam sendo reconhecidos no momento do recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir requisitos contratuais para realizar o reconhecimento dessas receitas. Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento das receitas de subvenções em confronto com as despesas e/ou custos correspondentes. Semelhantemente, constatamos que as diferenças das subvenções relacionadas foram transferidas para as contas de "contratos de gestão e convênios" no Ativo e "subvenções governamentais" no Passivo, uma vez que os contratos e termo de transferência de gestão suportam o reconhecimento das receitas em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado nas Notas Explicativas nº "05 CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIO"; "19 SUBVENÇÕES ASSISTENCIAIS A REALIZAR"; e "24 RECEITAS OPERACIONAIS - COM RESTRIÇÃO - GESTÃO HOSPITALAR", todas relacionadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Entidade, bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. • **Critério Contábil - Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2):** Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS"; subitem "b) ATIVO IMOBILIZADO", alínea "1. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", conforme informado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Entidade. A decisão tomada pela administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos dos contratos de gestão/termo, firmados entre as Secretarias de Estado da Saúde vinculadas a cada estado e o Instituto Sócrates Guañaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em diversos hospitais/ambulatorios, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo ativo imobilizado. Os contratos/termo de gestão deixam claro que tais bens são do Estado, por meio das Secretarias de Estado da Saúde de cada ente federativo, retro mencionados, e que, ao final dos instrumentos partilhados, estes serão devolvidos aos contratantes. Neste sentido, a Entidade gestora das unidades de saúde optou por acatar o entendimento contábil. **Resposta da auditoria ao assunto: NBC/TCG Estrutura Conceitual para relatório financeiro:** Em análise às práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Resolução NBC/TCG de 2019, que dá nova redação à NBC/TG ESTRUTURA CONCEITUAL, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro e Resolução CFC NBC/TCG de 2017, que aprovou a NBC/TG 26 (RS) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a representação fidedigna (essência sobre a forma) deve prevalecer. Em observações e referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da REPRESENTAÇÃO FIDELÍGUA (essência sobre a forma), estabelecido na Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, examinamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconhece que de fato esses bens deviam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme prescrição contratual, e atendimento a representação fidedigna, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC NBC/TCG de 2017, que aprova a NBC/TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. **Ênfase: Continuidade das operações:** Os recursos para financiar as atividades da Entidade vêm das Secretarias de Estado da Saúde, conforme estipulado nos contratos/termo de transferência de gestão e seus respectivos aditivos. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/promoção dos contratos/termo de transferência de gestão, os quais têm datas de término em março de 2028 para AME São José dos Campos, maio de 2027 para HRJ, abril de 2028 para HRSIC, março de 2030 para HRLN, junho de 2028 para CEAP-SOL, junho de 2026 para HDT, setembro de 2030 para HRCVH e abril de 2030 para AME Paripueru-Açu. Para as unidades cujos contratos de gestão não se encontram mais vigentes, especificamente HRCVH e HEAL, esta última vinculada aos Contratos de Gestão nº 004/20214 e nº

001/2019, destacamos a existência de incerteza quanto ao prazo de realização dos repasses previstos, em função dos processos de negociação ainda em andamento relacionados aos respectivos contratos. Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pelo projeto **Promoção à Saúde** são providos pela Matriz do Instituto. Neste sentido, a unidade gestora do projeto não possui qualquer receita própria, nem mesmo de doação. Sendo assim, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade do projeto. Nossa opinião não está ressaltada por estes assuntos. **Bens registrados em contas de Ativo e Passivo Compensado:** Os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, bem como os bens cedidos pelas Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, que estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guañaes - ISG, gestor das unidades Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Assad - HDT e Hospital Regional Litoral Norte - HRLN, em conformidade com as disposições estabelecidas nos contratos de gestão, estão registrados em contas de controle, ativo e Passivo compensados. Entretanto, no exercício auditado, houve movimentações consideráveis de ajustes/reclassificações nessas contas de controle. Nossa opinião não está ressaltada por este assunto. **Transferências entre unidades:** Conforme Nota Explicativa "13 - Transferências entre unidades", correlacionada em nota explicativa vinculada às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não foi disponibilizada documentação formal, contendo autorização, com base nos contratos de Gestão e/ou aditivos, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade do Instituto, exceto transferências entre HEAL x HRCVH, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. **Superávit com restrição atividade de saúde:** A receita de subvenção da unidade HEAL, vinculado ao Contrato de Gestão nº 001/2019 é realizada em razão da execução do contrato e de seus respectivos termos aditivos, firmados com a SES-RJ, rescindido em 27/02/2023. Contudo, em detrimento do relatório de contingências emitido pelo corpo jurídico do Instituto, foi necessário realizar reversão das provisões de contingências judiciais, no valor de R\$ 34,521 milhões. Ainda, por considerar a regular entrega das obrigações acessórias e parcelamento dos tributos devidos, além da regularidade fiscal evidenciada por Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPFN) vigente, a Entidade realizou a baixa de passivos tributários, no montante de R\$ 4,653 milhões, no qual teve como contrapartida o grupo de "Outras Receitas". Neste sentido, no exercício encerrado em 2025, não houve reconhecimento de receita com atividade de saúde com restrição. Isso se deve ao fato de que a reversão de provisões contingenciais e a baixa de passivos tributários resultaram em incremento relevante das receitas, compensando os custos e despesas incorridos no período e gerando um superávit com restrição, a ser incorporado ao Patrimônio Líquido da Entidade. Ressalta-se, contudo, que, em razão da restrição de uso, tais recursos somente poderão ser utilizados mediante aprovação do contratante ou seu beneficiário. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esses assuntos. **Deficit com restrição atividade de saúde:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a unidade HRCVH apurou deficit no montante de R\$ 4,912 milhões. Esse resultado consumiu integralmente o superávit de igual valor registrado no exercício de 2024, o qual havia sido gerado em decorrência de as reversões de provisões para contingências e superávit de custos e despesas naquele período. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 17 de abril de 2025. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa

realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança uma declaração de que cumprimos os requisitos éticos pertinentes à independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis de exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Salvador - BA, 02 de abril de 2026. Work7 Auditores Independentes LTDA - CRC 1GO 001891 - CVM 12.424 José Ricardo Xavier - Contador CRC GO-013785/O-0 - CVM 12.424

Carlos Henrique Passos inicia novo ciclo na FIEB

Foto: Gilberto Jr./Coperphoto/Sistema FIEB



GESTÃO

Nova diretoria para o quadriênio 2026–2030 será empossada nesta quinta

HIEROS VASCONCELOS
REPÓRTER

A indústria baiana inicia, nesta quinta-feira (9), um novo ciclo institucional com a posse das diretorias da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e do Centro das Indústrias do Estado da Bahia (CIEB) para o quadriênio 2026–2030, em um momento que ultrapassa a formalidade protocolar e se impõe como um marco decisivo para o futuro do setor produtivo no estado, pressionado simultaneamente por entraves históricos nunca plenamente resolvidos, por novas exigências impostas pela economia contemporânea e por um ambiente de negócios que exige respostas mais rápidas, mais técnicas e mais eficazes.

Reconduzido à presidência por unanimidade, em chapa única, Carlos Henrique Passos inicia o novo mandato com respaldo político consolidado dentro da própria indústria, mas também com uma responsabilidade ampliada, já que o novo ciclo deixa de ser apenas de organização institucional e passa a ser, inevitavelmente, de entrega

concreta de resultados.

O próprio presidente não evita esse diagnóstico e, ao ser questionado sobre as prioridades da nova gestão, opta por condensar o desafio da indústria baiana em um único conceito que, segundo ele, resume as limitações e aponta o caminho possível para superá-las: produtividade. A escolha da palavra não é casual, nem simplificada; ela carrega a síntese de um problema estrutural que envolve desde a qualificação da mão de obra até o nível tecnológico das empresas, passando pelo custo de produção e pela capacidade de competir em um mercado que, embora amplo, é marcado por restrições de renda.

“Vou dizer uma palavra: produtividade. A indústria da Bahia, como boa parte da indústria do Brasil, tem que perseguir melhorar sua produtividade para competir, ter preços competitivos dentro de um mercado de consumo expressivo, mas que tem renda média baixa, e por isso precisa produzir de forma eficiente para que seus produtos caibam no bolso do cidadão brasileiro”, afirmou.

A profundidade dessa afirmação se amplia quando se

observa a própria composição da indústria baiana, que, segundo dados apresentados pelo presidente, reúne cerca de 23 mil unidades industriais, sendo mais de 20 mil delas classificadas como micro e pequenas empresas, um

dado que por si só redefine o centro do debate sobre competitividade no estado, já que evidencia que a maior parte da produção industrial está nas mãos de negócios com menor capacidade de investimento, menor acesso a crédito e

maior vulnerabilidade às oscilações econômicas.

É justamente essa realidade que leva a FIEB a reposicionar sua atuação para além da capital e dos grandes polos industriais, colocando a interiorização como

uma estratégia estruturante do novo ciclo, não apenas como presença física, mas como capacidade efetiva de dialogar com diferentes realidades produtivas, integrar cadeias regionais e reduzir desigualdades econômicas históricas. “Essa prioridade continua sendo buscar a conexão do Sistema FIEB com as indústrias da Bahia, localizadas em todo o estado, e uma das ações estratégicas é viabilizar a presença do sistema no interior, para que possamos cada vez mais nos conectar com essas indústrias, independentemente do porte”, afirmou.

Essa diretriz ganha materialidade quando observada a própria composição da diretoria e o esforço de descentralização institucional, que passa a incluir lideranças empresariais de regiões estratégicas como Juazeiro, Vitória da Conquista, Luís Eduardo Magalhães e o extremo sul da Bahia, ampliando a representatividade e tentando construir uma leitura mais fiel da diversidade industrial do estado, que não se resume aos grandes centros, mas se distribui em diferentes cadeias produtivas com características próprias.

Mão de obra e redução da jornada ainda são desafios, diz presidente

Ao avançar no diagnóstico, Passos deixa claro que produtividade não é uma variável isolada, mas o resultado de um conjunto de fatores interdependentes, entre os quais se destacam a qualificação da mão de obra, o acesso à inovação e a modernização tecnológica das empresas, elementos que, segundo ele, precisam ser tratados de forma integrada e contínua. “Nós precisamos educar e capacitar as pessoas para que elas possam efetivamente produzir mais, precisamos elevar o nível tecnológico das nossas indústrias e oferecer oportunidades de conhecimento, crédito e programas de fomento para que a indústria possa se modernizar, o que também exige requalificação da força de trabalho”, afirmou.

Nesse contexto, o Sistema FIEB, especialmente por meio da estrutura do SENAI Cimatec, assume papel estratégico ao concentrar iniciativas que combinam formação profissional, pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico, distribuídas em diferentes territórios e áreas de atuação, incluindo unidades já conso-

lidadas em Salvador e Camaçari, projetos em expansão no sertão baiano e novas frentes voltadas à indústria digital, ao setor audiovisual, à economia do mar e à indústria aeroespacial, formando uma rede que busca aproximar conhecimento técnico da realidade produtiva. “Todos esses centros têm a missão de combinar formação de pessoas com desenvolvimento de pesquisas e inovação aplicada à indústria”, afirmou.

No entanto, se a agenda interna aponta caminhos para o fortalecimento da indústria, o novo ciclo se inicia sob forte pressão de fatores externos que, na avaliação do presidente, podem comprometer diretamente a sustentabilidade do setor, sendo o mais sensível deles o debate sobre mudanças na jornada de trabalho, tratado por ele como uma ameaça concreta, especialmente para as micro e pequenas empresas que compõem a base produtiva da Bahia.

“Temos outra ameaça chegando, que é a questão da jornada 6x1, 5x2, e temos clareza de que o setor mais afetado será a pequena empre-

sa, porque ela não tem capacidade de absorver essa mudança sem aumento de custo ou perda de produção”, afirmou.

A análise do presidente aprofunda o impacto dessa possível mudança ao evidenciar o desequilíbrio estrutural entre empresas de diferentes portes, já que grandes organizações possuem maior capacidade de reorganização produtiva ou investimento em tecnologia, enquanto pequenas negócios operam com estruturas enxutas e margem reduzida para absorver alterações dessa natureza. “Uma empresa pequena, com dez empregados, vai perder horas de produção, e aí terá que decidir entre contratar mais, aumentar custo, produzir menos ou reduzir sua margem, sendo que muitas vezes esse empresário já é mais um trabalhador dentro da própria empresa”, explicou.

Esse cenário se agrava quando associado a outras transformações em curso, como a reforma tributária, que, segundo Passos, impõe um novo grau de complexidade à gestão das empresas, exigindo

decisões estratégicas que muitas vezes extrapolam a capacidade técnica dos pequenos empresários, especialmente aqueles que dependem de orientação externa para compreender os impactos de mudanças no sistema fiscal.

DEBATE

Ao deslocar o debate para uma dimensão estrutural mais ampla, o presidente aponta que o desenvolvimento industrial da Bahia depende diretamente de avanços concretos em infraestrutura, uma agenda que, segundo ele, ainda não recebeu a atenção necessária e que continua sendo um dos principais gargalos ao crescimento econômico do estado. “O Estado da Bahia precisa cuidar da sua infraestrutura com mais carinho, porque estamos falando de ferrovias como a Centro-Atlântica e a FIOL, que ainda não têm solução efetiva, além de rodovias estruturantes como BR-101, BR-116, BR-242 e outras que são fundamentais para o escoamento da produção”, afirmou.

No campo energético, o

diagnóstico revela um paradoxo que sintetiza as contradições do estado: apesar de possuir um dos maiores potenciais de geração de energia do país, especialmente com a expansão de parques eólicos, a Bahia ainda enfrenta limitações significativas na distribuição e na qualidade do fornecimento, o que impede a instalação de novas indústrias em regiões com forte vocação produtiva. “A Bahia tem um potencial fantástico de produção de energia, inclusive com parques eólicos, mas tem dificuldade de distribuição, e isso impede a industrialização em regiões como o oeste e o extremo sul”, destacou.

Ao final, ao ser questionado sobre a principal mensagem para o estado, Passos desloca o debate para a base de qualquer projeto de desenvolvimento e aponta a educação como elemento central para transformar o potencial econômico da Bahia em realidade concreta, destacando que os indicadores atuais ainda estão aquém do que o estado pode e deve alcançar. “Cuidar das pessoas é cuidar da educação, e a Bahia preci-

sa estar no nível educacional que merece, porque hoje ainda temos um posicionamento muito ruim nessa área”, afirmou.

A nova gestão que toma posse ao lado do presidente reúne lideranças empresariais que passam a compor a linha de frente da indústria baiana no quadriênio 2026–2030. Entre os nomes de maior destaque na diretoria da FIEB estão os vice-presidentes Benedito Almeida Campele Filho, Carlos de Freitas Afonso Neto e Cláudio Tinoco de Almeida Xavier, além de empresários como Franklin Santos Netto Ribeiro, Wilson Galvão Andrade e Vicente Mário Viscov Matos, que integram a estrutura executiva da entidade.

No Centro das Indústrias do Estado da Bahia (CIEB), braço estratégico de articulação do setor, a diretoria também incorpora nomes relevantes como Braulio Barreto Moreira de Oliveira, Fagner Ramos Ferreira e Gustavo Brandino Secco, além de lideranças como Rodrigo Edmundo Feyh e Ronaldo Livingstone Bulhões.

Foto: Romildo de Jesus

Preços de imóveis sobem acima da média

LIVIA VEIGA
REPÓRTER

Os preços dos imóveis residenciais em Salvador cresceram 1,65% em fevereiro e acumulam alta de 25,56% em 12 meses, segundo o Índice Geral do Mercado Imobiliário Residencial (IGMI-R), da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). Os resultados superam a média nacional, que registrou avanço de 0,93% no mês e 19,70% no acumulado anual.

O desempenho coloca a capital baiana entre os destaques do levantamento, com

valorização 5,86 pontos percentuais acima do índice nacional em 12 meses. No recorte mensal, a diferença também se mantém, com crescimento 0,72 ponto percentual superior ao observado no país.

Segundo a Abecip, o resultado indica um movimento de valorização disseminado no mercado local, tanto no curto quanto no médio prazo. O índice acompanha a evolução dos preços com base em laudos de avaliação usados em financiamentos imobiliários e considera fatores como localização, área e padrão construtivo dos imóveis. Dados do setor também apontam aque-

cimento nas vendas e lançamentos no início do ano. Levantamento da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi-BA) mostra crescimento de 41% no Valor Geral de Vendas (VGV) em janeiro de 2026, na comparação com o mesmo período do ano anterior. No mesmo recorte, o número de unidades vendidas avançou 32%, enquanto foram lançadas 1.400 unidades, alta de 20%; já o Valor Geral de Lançamentos (VGL) somou R\$ 736 milhões, com crescimento de 30% em relação a janeiro de 2025. As unidades compactas concentraram

48% das vendas no período, seguidas pelos imóveis de perfil econômico, com 29%, e de médio padrão, com 23%.

De acordo com o presidente da Ademi-BA, Cláudio Cunha, os resultados de janeiro de 2026 são um reflexo do trabalho contínuo e estratégico que o setor imobiliário baiano vem desenvolvendo: “estamos vendo um mercado maduro, capaz de absorver lançamentos e de apresentar um crescimento consistente em vendas e valorização”. A entidade também prevê a realização do 17º Salão Imobiliário da Bahia, entre 6 e 21 de maio, em Salvador.



MERCADO

Houve alta nas unidades vendidas na capital